

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE MODELO DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Produto 9

***Relatório final contendo a apresentação dos
resultados e conclusão do trabalho de pesquisa***

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR (STM)



2016

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2
1 ESCOPO DO TRABALHO	3
2 ATIVIDADES E PRODUTOS DO PROJETO	4
2.1 Atividade 1	4
2.1.1 Produto 1	5
2.1.2 Produto 2	5
2.1.3 Produto 3	5
2.1.4 Produto 4	5
2.1.5 Produto 5	5
2.2 Atividade 2	6
2.2.1 Produto 6	6
2.2.2 Produto 7	6
2.2.3 Produto 8	7
2.2.4 Produto 9	7
2.2.5 Produto 10	7
3 DIFICULDADES IDENTIFICADAS	8
4. CONCLUSÃO	9
5. REFERÊNCIAS	10

APRESENTAÇÃO

Como resultado das atividades desenvolvidas no âmbito do Projeto de Pesquisa, estabelecido por meio da parceria entre a Seção de Arquivo do STM (SEARQ) e a Universidade de Brasília (UnB), foi proposto a criação do modelo de descrição arquivística ideal para o acervo documental dos órgãos da Justiça Militar, bem como a demonstração dos resultados obtidos com a utilização do software AtoM e o acesso à documentação em ambiente digital.

O trabalho contou sistematicamente com o levantamento de informações estratégicas visando a identificação da evolução jurídica e administrativa dos órgãos da Justiça Militar no Brasil e a definição dos fundos arquivísticos. Também foi estabelecido, conforme as normas nacionais e internacionais de descrição arquivísticas (NOBRADE, ISAAR-CPF e ISAD-G), os níveis de descrição a serem contemplados para cada um dos órgãos da Justiça Militar nos períodos que abrangem o Brasil Império e República, de acordo com suas características e peculiaridades.

Por fim, utilizando-se de conceitos como patrimônio documental, memória institucional e a forma como os documentos se inter-relacionam, pretendeu-se apresentar as possibilidades de uso e disponibilização do acervo dos órgãos da Justiça Militar para a pesquisa histórica, devido ao seu valor secundário (histórico).

1 ESCOPO DO TRABALHO

Os trabalhos de pesquisa foram realizados na Seção de Arquivo do Superior Tribunal Militar, em Brasília, no período de 04/01/2016 a 24/10/2016, em estreita observância as normas nacionais e internacionais de descrição e de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas.

O Projeto teve como principal objetivo a criação e desenvolvimento de um modelo de descrição ideal para os documentos dos órgãos da Justiça Militar através da utilização da plataforma AtoM, software voltado ao ambiente web, com suporte a vários idiomas e destinado a auxiliar as atividades de descrição arquivística em conformidade com os padrões do Conselho Internacional de Arquivos.

Durante a etapa de planejamento para a execução do Projeto, optou-se pela divisão em duas principais atividades, sendo elas:

- **Etapa 1:** Planejamento e desenvolvimento de pesquisas; e
- **Etapa 2:** Execução das ações.

Cada uma das etapas resultou na elaboração e entrega de produtos (relatórios técnicos) parciais, destinados a complementação dos trabalhos e alcance dos objetivos finais do Projeto.

2 ATIVIDADES E PRODUTOS DO PROJETO

2.1 Atividade 1

Consistiu no planejamento para definição de estratégias e desenvolvimento de estudos e pesquisas para a e levantamento de informações sobre:

- A Criação e as características dos órgãos da Justiça Militar;
- Participação/contribuições da Justiça Militar em períodos importantes e históricos;
- As competências e atividades desenvolvidas pelos órgãos da Justiça Militar desde a sua criação, perpassando o Brasil Império e República;
- Os recursos estruturais e tecnológicos existentes nos órgãos da Justiça Militar;
- As características do acervo;
- As informações e termos utilizadas para recuperação das informações e pesquisa;
- Os softwares disponíveis no mercado para as atividades de descrição e preservação digital;
- Pesquisa de mercado sobre entidades e órgãos que desenvolveram as atividades de descrição e divulgação do acervo permanente;
- Estudo das principais normas nacionais e internacionais para a atividade de descrição arquivística;
- Desenvolvimento de testes de descrições iniciais;
- Criação de modelo de descrição ideal para a Justiça Militar;
- Seleção de amostragem de parcela dos documentos para serem descritos;

- Desenvolvimento dos critérios a serem utilizados e mensurados na etapa 2 de execução das ações; e
- Definição da equipe ideal e perfil dos pesquisadores.

Como resultado do desenvolvimento desses estudos e pesquisas, foi possível a elaboração e entrega de 5 (cinco) produtos. São eles:

2.1.1 Produto 1

- Relatório técnico contendo o diagnóstico da situação arquivística do acervo dos órgãos da Justiça Militar.

2.1.2 Produto 2

- Relatório técnico contendo o modelo de descrição arquivística a ser implantado nos documentos dos órgãos da Justiça Militar.

2.1.3 Produto 3

- Relatório técnico contendo proposta de quadro de arranjo para os órgãos da Justiça Militar.

2.1.4 Produto 4

- Relatório técnico contendo análise de softwares para descrição arquivística, divulgação do acervo e preservação digital.

2.1.5 Produto 5

- Relatório técnico contendo as ações do projeto piloto de descrição arquivística.

2.2 Atividade 2

Essa atividade contemplou as ações de descrição arquivística propriamente dita. Para isso, foi selecionada uma parcela do acervo por meio de amostragem, cujo foco maior envolveu a representação dos diferentes órgãos e períodos históricos, frente a quantidade de documentos a serem descritos. A dinâmica de se optar pela qualidade e não pela quantidade de documentos descritos, deu-se, principalmente, pelas próprias características do acervo, tais como: homogeneidade dos documentos, organização do arquivo por espécies documentais e não de acordo com instrumentos arquivísticos que permitissem a recuperação dos documentos por atividades geradoras ou assuntos, como o Código de Classificação ou Quadro de Arranjo. Essas características não permitiram, nesse primeiro momento, proporcionar um maior dinamismo na seleção dos documentos a serem descritos.

No desenvolvimento dessa fase, foi possível observar os seguintes aspectos:

- Visualização da produtividade para cada tipo documental e período;
- Teste do Quadro de Arranjo para todos os órgãos da Justiça Militar nos períodos de Império e República e das primeiras e segundas instâncias;
- Comportamento do software AtoM frente às várias possibilidades de pesquisas, cadastramento e recuperação das informações, bem como quanto a atualização das versões e a migração dos dados nelas inseridos.

Como resultados dessa atividade, foram gerados mais 5 (cinco) produtos, sendo eles:

2.2.1 Produto 6

- Relatório técnico contendo resultados da produtividade da descrição de 150 Processos;

2.2.2 Produto 7

- Relatório técnico contendo tutorial para cadastramento de processos e realizações de pesquisas na Plataforma AtoM;

2.2.3 Produto 8

- Relatório técnico contendo à Taxonomia desenvolvida para os órgãos da Justiça Militar;

2.2.4 Produto 9

- Relatório técnico contendo a apresentação dos resultados e conclusão do trabalho de pesquisa;

2.2.5 Produto 10

- Relatório técnico contendo requisitos necessários a implementação da 2ª Fase do Projeto.

3 DIFICULDADES IDENTIFICADAS

Durante a execução do Projeto foram realizadas diversas mudanças e adequações na metodologia. Tais mudanças, deveram-se, em parte, aos seguintes fatores:

- Falta clareza e de informações sobre a criação e evolução jurídica/administrativa dos órgãos da Justiça Militar;
- Indefinição dos Fundos Arquivísticos da Justiça Militar;
- Inexistência de Código de Classificação da área-fim ou Quadro de Arranjo para os documentos históricos oriundos das atividades judiciais;
- Dificuldades no aprofundamento das pesquisas no acervo decorrentes da forma de organização atual do acervo (organizado por tipo processual);
- Documentos não organizados por proveniência dos órgãos;
- Falta de informações sobre quantitativo do acervo por órgão produtor, assuntos previstos no Código Penal Militar ou por atividade geradora dos documentos;
- Dificuldades na aceitação, manutenção e suporte quanto a utilização do software AtoM pela equipe técnica do Órgão e instalação tardia nas máquinas;
- Instrumentos de recuperação dos documentos e informações existentes no órgão desestruturados, incompletos ou não retratando a realidade do acervo.

Cabe ressaltar que, apesar das dificuldades mencionadas, a equipe técnica da Seção de Arquivo (SEARQ) do STM sempre estiveram à disposição dos pesquisadores da UnB, auxiliando no enfrentamento dos desafios e demonstrando total empenho durante o desenvolvimento e execução do Projeto.

4. CONCLUSÃO

Como resultado final do projeto de pesquisa, foi criado para o Superior Tribunal Militar uma proposta de modelo de arranjo e descrição arquivística para os documentos dos órgãos da Justiça Militar. Essa proposta buscou retratar, conforme o preconizado pelas normas nacionais e internacionais de descrição, quatro dos cinco níveis estipulados. Da mesma forma, buscou-se uma adaptação entre os termos e pontos informacionais mais utilizados pela Justiça Militar com a própria hierarquia dos campos informacionais da plataforma AtoM.

O resultado com o modelo de arranjo e descrição criados, podem ser observados detalhadamente nos Produtos 2 e 3 desse Projeto, intitulados:

- *“Relatório técnico contendo formulário do modelo de descrição arquivística para o Acervo da Justiça Militar”, Versão 1.1; e*
- *“Relatório técnico contendo proposta de Quadro de Arranjo para os documentos de guarda permanente dos órgãos da Justiça Militar, Versão 1.1.*

Paralelo a esses Produtos, também foi criado um modelo orientador – tutorial – para auxiliar no preenchimento e cadastramento dos Processos oriundos das atividades judiciais na plataforma AtoM.

Dessa forma, procurou dotar a Justiça Militar tanto de um aparato orientador para a atividade de descrição arquivística – que atendesse plenamente os requisitos das normas nacionais e internacionais – e, ao mesmo tempo, propiciar aos pesquisadores, consultantes e usuários internos e externos informações substanciais sobre a Justiça Militar e sua participação ativa na história do Brasil através das fontes primárias de informações, os documentos.

5. REFERÊNCIAS

ATOM: Access to Memory: Disponível em: <https://www.accesstomemory.org/pt/>.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE:** Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 9 jan. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm. Acesso em: 2 mar. 2016.

CASA DE OSWALDO CRUZ. **Questões frequentes sobre a plataforma tecnológica da base Arch (ICA-AtOM)**. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz, [20-?]. Disponível em: <http://icaatom.coc.fiocruz.br/index.php/faq#oqueeicaatom>. Acesso em: 11 mar. 2016.

ISAD(G). Disponível em: <http://www.portalan.arquivonacional.gov.br/Media/ISADG.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2016.

LOPEZ, André Porto Ancona. **Como descrever documentos de Arquivo:** elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, 2002.

SAYÃO, Luis et. al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais:** políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009.